

PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA UTF/BRA/083/BRA

**NOVA ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA E SOCIAL DA AGRICULTURA
FAMILIAR BRASILEIRA – UMA NECESSIDADE**

**Políticas públicas e as mulheres rurais:
análises recentes das ciências sociais brasileiras**

Ariane Favareto

Maria José Carneiro



Rio de Janeiro, fevereiro 2017

Políticas públicas e as mulheres rurais: análises recentes das ciências sociais brasileiras

Ariane Favareto*

Maria José Carneiro*

Introdução

Os debates internacionais sobre a intersecção entre gênero e desenvolvimento remontam aos anos de 1970, momento em que foi realizada a primeira Conferência Mundial Sobre a Mulher no México (1975), com a participação da Organização das Nações Unidas (ONU). A agência internacional passou a considerar os anos compreendidos entre 1976-1985 como “A década da Mulher” inaugurando ações institucionais de capacitação e a criação de um fundo específico voltado para o apoio às estratégias que contribuíssem para assegurar os direitos das mulheres, de modo a inserilas nos processos de desenvolvimento (BARRAGÓN *et al.*, 2016; PEREIRA, 2015). Na década seguinte, relatório do Banco Mundial (1997) recomenda que as políticas voltadas à pobreza tenham como foco as mulheres.

Os anos de 1980, no Brasil, são marcados pelo processo de redemocratização que possibilita aos movimentos sociais articular mais abertamente suas bases e promover uma agenda de reivindicações. Nesse período, o movimento de mulheres rurais demanda o direito à sindicalização e a oportunidade de serem reconhecidas como agricultoras, de forma a terem acesso aos direitos daí decorrentes. A Constituição de 1988, como destaca Siliprandi (2013), afirma o direito das mulheres a terem acesso à terra e a inclusão delas como beneficiárias da previdência social e, conseqüentemente, à aposentadoria, licença saúde e licença maternidade. Contudo, a implementação destes direitos só viria a se concretizar anos mais tarde. A autora relata, ainda, que o ano de 2000 é marcante para o movimento de trabalhadoras rurais que reivindicavam ações contra a pobreza, a fome e a violência.

Este cenário aponta para uma confluência de alguns fatores. De um lado, uma leitura, reconhecida mundialmente, de que o combate à pobreza e à fome deva focalizar políticas públicas voltadas para as mulheres e para a igualdade de gênero para que haja promoção do desenvolvimento. Pelo ângulo nacional, uma movimentação forte das

* Doutoranda no Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – CPDA/UFRRJ, bolsista Capes.

* Professora titular do Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – CPDA/UFRRJ.

mulheres rurais demanda direitos e visibilidade. Essa realidade e a ascensão de um governo popular progressista para o comando do Estado brasileiro possibilitou a implementação de uma série de ações voltadas para a mitigação da fome e da pobreza. Por meio do Programa Fome Zero várias outras ações foram implementadas, entre elas, o Programa Bolsa Família que destina uma renda mensal para pessoas em situação de pobreza e pobreza extrema. Em termos de igualdade de gênero essa política inova ao colocar o cartão de benefícios em nome da mulher e impacta diretamente a população rural. Além disso, outras políticas passam a ter a mulher como foco, por exemplo, uma linha de crédito específica para estimular e aumentar a capacidade produtiva (Pronaf-Mulher); fomento ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para incremento da comercialização; o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR) e ações direcionadas à organização produtiva das mulheres rurais, com apoio à produção e à comercialização.

É inegável que vários avanços quanto à posição da mulher na sociedade foram obtidos desde a década de 1970, porém poucas têm sido as análises no sentido de identificar como as políticas públicas impactam a vida das mulheres rurais e, ainda, se atuam na promoção da igualdade de gênero. É nesse sentido que se insere a proposta deste artigo que tem por objetivo identificar como os autores situados no campo das ciências sociais têm interpretado a implementação de políticas públicas para as mulheres rurais. O tema aqui abordado é parte da investigação que está sendo realizada para a elaboração da tese de doutorado da autora, sob orientação da coautora, que busca compreender as práticas sociais de mulheres rurais e novas possibilidades de futuro dadas, inclusive, pela implementação de políticas públicas.

Procedimentos de coleta e análise

O levantamento inicial foi realizado por meio da página eletrônica *Scielo*, plataforma que reúne artigos científicos publicados em periódicos de maior relevância no meio acadêmico, utilizando-se as seguintes palavras chave em diferentes combinações: rural, mulher, gênero, políticas públicas e políticas sociais. Foram priorizadas as coleções nacionais, com abrangência temporal, entre os anos de 2004 a 2015, período de implementação (ou reformulação) das políticas públicas que têm como

foco as agricultoras¹. A busca foi centrada nos artigos cuja área temática correspondia às ciências sociais e estudos sobre mulheres. Do total de 78 artigos encontrados, a grande maioria relacionava-se a temas como violência, educação, sexualidade e saúde e poucos se detinham às análises das políticas públicas para mulheres rurais, resultando em 26 artigos selecionados. Assim, seguindo os parâmetros estabelecidos para a elaboração deste artigo, foram analisados por fim, um total de dez artigos, revelando que, apesar da pertinência e atualidade do tema, o montante de publicações é baixo, abrindo um flanco para novas pesquisas que considerem o impacto das políticas públicas na vida das mulheres rurais e na promoção da igualdade de gênero². Dessa forma, o diálogo entre os pesquisadores das ciências sociais e os formuladores das políticas poderia ser ampliado, de modo a aprimorá-las, acompanhando tanto o movimento das agências internacionais como também os debates feministas e dos movimentos sociais de mulheres.

A leitura dos artigos selecionados possibilitou a identificação de duas linhas de análise. Uma primeira com foco mais abrangente que trata de processos mais amplos, quer seja das políticas públicas para a agricultura familiar (GRISA e SCHNEIDER, 2014), ou das estratégias de desenvolvimento com perspectiva de gênero (LISBOA e LUSA, 2010), ou, ainda das questões de gênero e das mulheres rurais e a implementação de políticas públicas (FARAH, 2004). Num segundo bloco de estudos, cujo foco são as políticas e as mulheres rurais, foi possível observar a presença de duas chaves interpretativas. Numa primeira estão os autores que demonstram que as políticas e ações do Estado voltados às mulheres rurais contribuíram para que elas tivessem acesso a direitos civis, adquirindo uma visibilidade que antes não existia (MENDES *et al.*, 2014; MOTA *et al.*, 2014; MANESCHY *et al.*, 2012). Uma segunda narrativa opera no sentido de apontar as políticas públicas como multiplicadoras da realidade existente, contribuindo para que a desigualdade de gênero se reproduza. Essa leitura parte tanto dos estudos que focam os agentes que implementam as políticas, sobretudo as relacionadas à saúde e assistência social (SANTOS, 2014; MEYER *et al.*, 2014), quanto

¹Uma descrição das palavras-chave utilizadas, o número de publicações encontradas em cada uma das diferentes composições e as referências aos artigos selecionados podem ser observada nos quadros em anexo.

²Para Neves e Motta-Maués (2013) o olhar para a unidade familiar das pesquisas pautadas nas ciências sociais direcionou o foco para a família, o que oculta a mulher enquanto indivíduo, promovendo assim a manutenção de uma redução analítica que reforça a hierarquização. A constatação das autoras pode ajudar a explicar a baixa produção na temática aqui analisada.

para as beneficiárias das políticas (MARIANO e SOUZA, 2015; MARIANO e CARLOTO, 2009).

Nas próximas páginas, essa discussão será retomada, precedida de um resgate histórico das demandas dos movimentos sociais de mulheres e de uma breve descrição das ações e políticas para as mulheres rurais.

Demandas do movimento feminista e políticas públicas para as mulheres rurais

Um primeiro movimento de mulheres em torno de demandas comuns é dado, tanto no exterior como no Brasil, pela igualdade de direito ao voto. Para Pinto (2010), o movimento sufragista representa uma primeira onda do feminismo que se inicia ainda em fins do século XIX, mas perde força na década de 1930, sendo retomado trinta anos depois reivindicando que as mulheres tivessem autonomia para decidir sobre sua vida e sobre seu próprio corpo.

No que concerne ao debate sobre as mulheres e o desenvolvimento, de especial interesse para o propósito deste artigo, as primeiras discussões se deram em meados da década de 1970 sob uma visão de que a mulher deveria ser inserida nos processos de desenvolvimento. Pereira (2015) e Barragón *et al.* (2016) esclarecem que esse enfoque esteve baseado em questões práticas, ou seja, no papel feminino desempenhado na garantia da reprodução social dado tanto por sua atribuição de cuidados com a família, como por suas habilidades em tratar das economias domésticas, elas eram consideradas “um recurso humano pouco aproveitado” para os propósitos de desenvolvimento. Nesse sentido, a mulher é vista como um indivíduo a ser ajudado, reforçando seu papel secundário na esfera produtiva, conformando a ideologia liberal que embasou as propostas de desenvolvimento desse período.

O conteúdo liberal dessas propostas gerou crítica das correntes feministas com inspiração marxista que, por sua vez, situam a base da opressão feminina nas estruturas desiguais de classe. Nesse sentido, reivindicavam que para que ocorresse a emancipação feminina, seria necessário incluí-las no mercado de trabalho, inserindo-as no espaço produtivo. Essa leitura crítica considera que o trabalho feminino dispendido na esfera doméstica, entendido como um trabalho sem valor econômico, contribuiria para a manutenção da sociedade mercantil ao reproduzir a força de trabalho necessária ao capitalismo.

Tanto a abordagem liberal quanto a marxista focam suas leituras sobre a situação da mulher e o desenvolvimento em pares de oposição. Enquanto o espaço produtivo é

público e ocupado pelo homem, o espaço reprodutivo é privado e ocupado pela mulher. Essa diferenciação configura dois domínios apartados que definem os papéis desempenhados por homens e mulheres tendendo, portanto, a ignorar as relações sociais de gênero e os diferenciais de poder embutidos nessa relação.

Na década de 1980 o movimento feminista procura destacar a questão das relações de poder e faz emergir a categoria gênero no debate sobre desenvolvimento, conformando uma nova corrente. Barragón *et al.* (2016) esclarece que o enfoque “gênero e desenvolvimento” tem raízes no movimento feminista socialista e na crítica pós-estruturalista que busca encerrar com a questão da oposição entre público-homem e privado-mulher, jogando luz para as relações de poder que geram opressão e submissão, inclusive as constantes nas dimensões classe e raça. Por isso, a concepção de políticas voltadas à redução da pobreza deveria considerar esses diferenciais.

Essa perspectiva destaca que os papéis que mulheres e homens desempenham na sociedade são construídos socialmente, o que ilumina os processos de socialização pelos quais passam ao longo da vida e se reproduzem nas gerações. Em outras palavras, não se atribui à mulher capacidades distintas dos homens definidas biologicamente. Ambos teriam as mesmas potencialidades para o trabalho e para a participação na economia e na sociedade. As diferenças que resultam em alocações de papéis sociais distintos seriam fruto de uma construção social, de uma imposição da sociedade. Excluindo, é claro, as restrições colocadas, momentaneamente, a certas mulheres durante o período de gestação e amamentação. Essa postura vai ser criticada posteriormente por uma linha do movimento feminista que apela para o respeito à diferença (entre homens e mulheres) como condição para se alcançar a igualdade social entre os gêneros.

Os anos que se seguem introduzem a perspectiva do desenvolvimento sustentável para o debate, cujo cerne repousa sobre a preocupação com o meio ambiente. Segundo Pereira (2015), essa abordagem defende que a desigualdade dos papéis desempenhados por homens e mulheres teve como consequência uma maior proximidade delas com a natureza, com tendência à conservação, já os homens tendem a dominá-la. Por esse motivo, elas teriam maior relevância na gestão e execução de projetos voltados ao desenvolvimento sustentável. A própria autora esclarece que essa visão que deposita na mulher a responsabilidade com a preservação da natureza vem sendo questionada.

Em 1995 acontece em Beijing a Conferência Mundial sobre a Mulher que influencia, segundo Farah (2004), a formação de uma agenda no Brasil relacionada às

questões de gênero, incluindo diretrizes para as políticas públicas. A autora aponta como temas que passam a integrar a agenda feminista: combate à violência doméstica e sexual; saúde da mulher; combate à pobreza; acesso à educação; garantia de direitos trabalhistas e reconhecimento do trabalho não-remunerado; reconhecimentos de direitos à mulher rural; incorporação da transversalidade de gênero em todas as políticas públicas e, acesso ao poder político, com participação ativa na formulação e implementação das políticas. A autora considera que, inicialmente, o movimento feminista reivindicava a transformação do lugar da mulher na sociedade, mas ao longo do tempo, essas reivindicações vão se fragmentando e acabam sendo focalizadas as necessidades mais imediatas. Dessa forma, conclui a autora, gerou-se um terreno intermediário em que alguns dos temas e propostas encampadas por movimentos e entidades de mulheres são incorporados de forma gradual, o que poderá abrir caminho para transformações mais profundas.

No Brasil, a década de 1980 foi palco da ascensão de vários movimentos de organização das mulheres trabalhadoras rurais em vários espaços, seja nos sindicatos, nas associações ou nas marchas; elas reivindicavam sua visibilidade na produção, clamando para o reconhecimento de sua identidade como agricultora, e dentro das próprias entidades representativas dos trabalhadores rurais onde tiveram que disputar espaços para viabilizar sua participação e contribuir na construção de uma agenda que levasse as questões femininas em consideração. Siliprandi (2013:333) afirma que as várias manifestações realizadas pelas mulheres resultaram, nessa época, em conquistas designadas na Constituição de 1988 como a “(...) menção explícita ao direito das mulheres à terra e sua inclusão como beneficiárias da previdência social na condição de seguradas especiais”, contudo a regulação desses benefícios foi motivo de muitas mobilizações em anos posteriores. Dentre as mobilizações a autora destaca a realização das Marchas das Margaridas³, que congregava um conjunto de organizações coordenadas pela Comissão Nacional da Trabalhadora Rural da Contag; ou, ainda, as manifestações realizadas no dia 8 de março, organizada pela Via Campesina. Entre as demandas apresentadas estão as relacionadas às questões de gênero e assimetria de poder, como a divisão sexual do trabalho e a violência, acesso à documentação básica,

³A Marcha das Margaridas carrega o nome da líder sindical Margarida Maria Alves, que atuava contra o analfabetismo, injustiças e a favor da reforma agrária e foi brutalmente assassinada em 1983. Nas edições de 2000, 2003 e 2007 as trabalhadoras apontaram como razões para marchar: contra a fome, a pobreza e a violência sexista. Em 2011 e 2015 o lema versou sobre desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, igualdade e liberdade.

acesso às políticas produtivas e participação na definição de políticas. Mais recentemente, as agricultoras demandam um novo modelo produtivo baseado na agroecologia, com severas críticas ao modelo que privilegia o agronegócio.

Para Butto (2011) a emergência desses movimentos, com demandas específicas, cria um cenário propício para a implementação de políticas públicas direcionadas às mulheres rurais e, também, para a afirmação de uma agenda feminista no desenvolvimento rural⁴.

A inclusão das mulheres nas propostas sobre desenvolvimento é parte de um debate internacional que vem se fortalecendo e especificando ao longo dos anos, influenciando, inclusive, os organismos internacionais que orientaram a inclusão da transversalidade de gênero nas ações contra a pobreza e, atualmente, colocam na superação da desigualdade de gênero, condição para o desenvolvimento sustentável e o bem-estar das populações. No Brasil, em 2002 é criada a Secretaria Especial de Política para as Mulheres, inicialmente vinculada ao Ministério da Justiça e, posteriormente, com status de Ministério, ligada à Presidência da República. Com essa estrutura, oficializa-se uma institucionalidade específica para o tema de gênero que orienta as propostas de outros ministérios, inclusive o Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Sob o governo Lula, a partir de 2003, há um novo direcionamento para as políticas de desenvolvimento rural e adota-se o enfoque territorial, com o objetivo de descentralizar as políticas públicas e construir estratégias de desenvolvimento a partir dos agentes sociais⁵. Para Horta e Butto (2014) entre os anos de 2009 a 2013 a agenda feminista passa a incorporar efetivamente o desenvolvimento territorial no Brasil, integrando ações que passam pelo acesso à cidadania, promoção de autonomia econômica e participação social. Seguindo a orientação das autoras, apresenta-se a seguir as ações que agrupam as políticas públicas que têm as mulheres como foco.

Ação: Mulheres como sujeitos de direitos

Política: Dupla titularidade da terra e da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)

⁴Cabe mencionar que a autora atuou entre 2010 e 2012 como Diretora de Políticas para as Mulheres Rurais e Quilombolas da Secretaria Executiva do MDA, e entre 2012 a 2015 como Coordenadora da Secretaria Nacional de Desenvolvimento Territorial, no mesmo Ministério. Com uma trajetória acadêmica de pesquisas relacionadas à questão de gênero e proximidade aos movimentos sociais feministas, sua nomeação para esses cargos demonstra o peso crescente da agenda feminista nas políticas públicas nacionais.

⁵ São vários os estudos que abordam o enfoque territorial, para uma leitura sobre territorialização e articulação de políticas públicas e atores sociais, ver: IICA/OPPA/CPDA, 2007. Para uma visão histórica das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, ver: GRISA e SCHNEIDER, 2014.

A titularidade da terra é histórica e culturalmente designada ao homem no meio rural. A possibilidade de dupla titularidade da propriedade nos assentamentos rurais foi dada em 2003. Posteriormente, a assinatura conjunta nos modelos de emissão da DAP foi dada como obrigatória. A posse desse documento é essencial para que os agricultores familiares tenham acesso às políticas públicas. Segundo dados (BRASIL, 2015) as mulheres são titulares únicas de 20% das DAPs emitidas, enquanto que os homens são titulares de 22%, o restante é nominado pela titularidade conjunta. A titularidade também pode ser realizada em nome tanto do homem, quanto da mulher ou em ambos em caso de casamento ou união estável.

Ação: Acesso à cidadania

Política: Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR)

O programa foi instituído em 2004 a partir da verificação da massiva ausência de documentação entre as mulheres, o que as impossibilitava de acessar as outras políticas disponíveis. Trata-se de mutirões realizados nos municípios para emissão de documentos básicos, como por exemplo, carteira de identidade, de trabalho, DAP, inclusão no CadÚnico – que possibilita acesso ao Bolsa Família –, inscrição para benefícios previdenciários, entre outros.

Ação: Acesso à terra

Política: Reforma Agrária e Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)

A Reforma Agrária é uma forma de reorganização da estrutura fundiária nacional que atende famílias selecionadas por meio da desapropriação de terras. As mulheres são atendidas pela obrigatoriedade da dupla titulação dos lotes em situação de casamento ou união estável. Em caso de separação, a titularidade fica com a mulher que possuir a guarda dos filhos.

O PNFC tem por objetivo facilitar o acesso à terra e contribuir para a geração de renda das famílias. Trata-se de uma política complementar à reforma agrária, com concessão de crédito para aquisição de imóveis rurais e tem na titularidade a garantia de atendimento às mulheres, além disso, grupo constituídos por mulheres podem ter acesso a um bônus em projetos de infraestrutura comunitários.

Ação: Assistência Técnica

Política: Assessoria Técnica Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATER)

Uma demanda histórica dos movimentos representativos da agricultura familiar é a necessidade uma assistência técnica específica que atenda à realidade dos agricultores, integrando em seus projetos as diversas políticas disponíveis de forma a promover geração de renda e sustentabilidade. A ATER foi instituída em 2004 com o objetivo de orientar tecnicamente as produções agrícola e não agrícola de agricultores e assentados da reforma agrária. A partir de 2013 as mulheres passaram a ser 50% do público beneficiário a fim de fortalecer a organização produtiva, promover a agroecologia, ampliar o acesso às políticas públicas e apoiar a articulação em rede. Dessa forma, acredita-se que os serviços de ATER poderiam possibilitar e viabilizar a produção e comercialização dos produtos.

Ação: Apoio à produção e comercialização

Política: Programa Organização Produtiva de Mulheres Rurais (POPMR)

Voltado para a produção, o POPMR foi instituído por lei em 2008 e busca incentivar a troca de informações e conhecimentos técnicos e culturais no que concerne à gestão e comercialização, atuando assim, no fortalecimento das organizações produtivas. Este programa tem como diretriz específica a promoção da igualdade de gênero, gerando autonomia e organização econômica, com reconhecimento das especificidades étnicas e raciais e do trabalho não remunerado exercido pelas trabalhadoras rurais, dessa forma, fortalecendo a economia feminista e solidária, entre outras ações. Dentre os resultados alcançados estão capacitações – que abordaram as políticas públicas disponíveis – e a reflexão sobre o papel das mulheres na economia, além do apoio para a realização de feiras territoriais e nacional, e, também, para projetos desenvolvidos pelas mulheres.

Ação: Acesso ao crédito produtivo

Política: Pronaf-Mulher e Garantia Safra

O Pronaf-Mulher constitui-se em uma linha de crédito específica para as mulheres, existente desde 2004, tem por objetivo estimular seu trabalho por meio de atividades agrícolas e não-agrícolas.

A partir da dupla titularidade, as mulheres rurais podem ter acesso ao Garantia Safra, programa que atende agricultores familiares acometidos por alterações climáticas (chuvas ou seca) que geram a perda da produção.

Ação: Apoio à comercialização

Política: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

Para atender uma antiga reivindicação dos movimentos sociais e sindicais, o PAA foi instituído em 2003 com o objetivo de garantir a comercialização dos produtos da agricultura familiar e em 2011 foi aprovada uma resolução de fomento à participação de mulheres no Programa, consideradas como público prioritário na seleção e execução de propostas em todas as modalidades. O fomento foi aprovado pelo Grupo Gestor do PAA, por meio da Resolução nº 44/2011, destinando 5% da dotação orçamentária anual para organizações compostas por, ao menos, 75% de mulheres. Vale lembrar que a dotação orçamentária para a efetivação do Programa era realizada em conjunto pelo MDS e MDA.

O PNAE também representa aos agricultores uma garantia de acesso a mercados formais. As mulheres se beneficiam da política por meio da dupla titulação da terra e a posse da DAP. Trata-se de uma política de compra de produtos dos agricultores para a merenda escolar.

Além dessas ações, o apoio a projetos de infraestrutura desenvolvidos no âmbito da política de desenvolvimento territorial, destina 40% dos recursos dos editais para as mulheres. Tanto as ações de desenvolvimento territorial, implementadas a partir de 2003, quanto do programa Territórios da Cidadania, com início em 2008, estimulam a participação das mulheres em comitês gestores, procurando garantir que elas tenham oportunidades de decisão. Cada um dos territórios apoiados – de Identidade ou da Cidadania – possui um colegiado territorial onde é realizada a gestão da política. Há orientação para que cada um desses espaços tenha composição paritária entre homens e mulheres. A formação de comitês específicos de mulheres também é estimulada, com o objetivo de promover o acesso às políticas públicas, realizar formação/capacitação e mobilização.

O apoio para a produção de estudos e pesquisas sobre mulheres e gênero também compunha as ações estratégicas do MDA, entre eles, destaca-se o prêmio “Margaria Alves de Estudos Rurais e Gênero”. Trata-se de duas modalidades de premiação, uma visando o estímulo às produções acadêmicas na área das ciências humanas e agrárias por meio da apresentação de um ensaio inédito, e outra voltada para as mulheres trabalhadoras rurais, lideranças de comunidades ou organizações que verse sobre relato de experiências e memórias. O tema dessas produções era definido em editais específicos.

O debate nas ciências sociais brasileiras sobre as políticas públicas para as mulheres rurais

Embora não tenha as áreas rurais como foco exclusivo, o Programa Bolsa Família representa uma política pública que trouxe às mulheres em geral, e especificamente às rurais, a oportunidade de ter acesso a algum tipo de recurso financeiro, o que antes não lhes era possível. Tal política ganha destaque por ser inovadora no combate à pobreza e, ainda, por colocar as mulheres no centro do programa ao delegar a elas o cartão para recebimento dos recursos. Num contexto de pobreza, as mulheres rurais e especialmente as do Norte e Nordeste do país, ganham destaque. Rêgo e Pinzani (2014) realizaram uma pesquisa nos anos de 2006 e 2011 nessas regiões com mulheres rurais beneficiárias do Programa. Entre as conclusões, destacam que os recursos obtidos garantem a sobrevivência das famílias, o que resulta numa “humanização” de seus destinatários, sendo esse um passo necessário para a “autonomização”, baseado essencialmente no direito de se alimentar e na decisão de como o dinheiro será gasto. A importância de uma renda mensal básica, ressaltam os autores, está não só no potencial em aumentar os graus de autonomia e liberdade propiciada pelo recurso financeiro, mas também na obtenção de crédito pessoal junto aos comércios locais, na perda de espaços políticos clientelistas e na superação de uma cultura de resignação. Ainda na compreensão dos autores, o recurso obtido por meio do Programa foi, para algumas pessoas entrevistadas, a primeira oportunidade de acesso a algum dinheiro representando, portanto, o início de processos de “libertação de necessidades de manutenção da vida” dado, especialmente, pelo acesso a comida. Além disso, a possibilidade do acesso a recursos com regularidade “altera suas subjetividades”, libertando-as de relações sociais opressoras, permitindo ainda, uma mobilidade que culminam em novas experiências de vida. Contudo, eles alertam que as condições da pobreza permanecem, mas há um aumento da autoestima nas beneficiárias, observados pelos autores durante as entrevistas tanto no modo de falar, nas expressões faciais e no uso de maquiagem, como também no orgulho que elas demonstravam ao apresentar as melhorias físicas nas casas, na compra de eletrodomésticos, móveis e presentes para os filhos.

O condicionamento do recebimento do benefício ao acesso dos serviços de saúde e educação e à participação em grupos sociais de geração de renda, reforçam essa ideia de exercício de direitos sociais, mas delegam à mulher o cumprimento das condicionalidades. Segundo Mariano e Souza (2015) e Mariano e Carloto (2009) esse

fato acaba sobrepondo ainda mais as tarefas de cuidados, consideradas primordialmente como femininas pelas condições culturais e históricas de formação social do Estado brasileiro, fundamentado nas relações patriarcais. Dessa forma, a lógica das relações familiares se reproduzem na relação das mulheres com o Estado na implementação das políticas públicas, reforçando os papéis de gênero. As autoras reforçam que o foco na preocupação com a família é uma característica das políticas voltadas à pobreza, marcadas por “familismos” que tendem a reproduzir “(...) a preocupação com o empoderamento das mulheres pela defesa de políticas que reforçam a família” (MARIANO e SOUZA, 2015:154). Por esse motivo, enfatizam, essa cristalização dos papéis de gênero deveria ser uma questão feminista, já que são as próprias demandas do movimento que vão se transformando nesses “familismos”.

Seguindo esse mesmo sentido, outros autores (MEYER *et al.*, 2014; SANTOS, 2014) trazem a perspectiva da feminização da inclusão social que atua nos beneficiários, mas também nos agentes de aplicação das políticas, promovendo uma desresponsabilização do Estado no que se refere à assistência social, principalmente por investir na otimização das competências femininas relacionadas ao comunitário, à saúde, à educação e à proteção ao meio ambiente. Essa leitura, segundo os autores, reforça o papel doméstico das mulheres e consolida estereótipos femininos ao se aproveitar dos papéis socialmente definidos.

Por outro lado, algumas análises pontuam que as políticas públicas voltadas às mulheres rurais contribuíram não só para o aumento da renda familiar, mas também em termos simbólicos dados, sobretudo, pela saída da invisibilidade e do anonimato. Um primeiro passo para que as mulheres se constituam como cidadãs é a emissão de seus documentos básicos, proporcionado no caso das mulheres rurais pelo PNDTR. Para Mendes *et al.* (2014) a posse desses documentos ajuda a diminuir a invisibilidade da mulher rural, contribuindo para sua condição de sujeito de direitos e para a sua inclusão em outras políticas públicas.

Do ponto de vista da esfera produtiva, um fator considerado importante para incrementar a participação da mulher é o acesso ao crédito. Para Hernández (2015), o impacto do Pronaf-Mulher na vida das mulheres rurais, especialmente no que se refere ao empoderamento – entendido como um processo de mudança, por meio do qual o indivíduo adquire habilidade para tomada de decisão – depende de determinadas condições, como por exemplo, o próprio acesso ao crédito, o perfil das mulheres que o acessam, o contexto no qual elas estão inseridas e o tipo de relação estabelecida com os

agentes mediadores (no caso, as pessoas responsáveis por divulgar e informar sobre o crédito). A autora destaca que são muitas as dificuldades, especialmente localizadas no papel das mulheres em desempenhar atividades mais ligadas à unidade doméstica do que à produção, no receio de contrair endividamento e na ausência de capacitação. Contudo, foi possível observar, dentre os casos em que houve a contratação do crédito, que as mulheres se sentem reconhecidas pelo Estado como agricultoras e, nesse sentido, para além da questão econômica são incorporados elementos de direitos conquistados, fazendo com que elas se sintam mais valorizadas. Como conclusão, a autora pontua que essa linha de crédito responderia às necessidades práticas, mas não às condições estratégicas de gênero, já que se trata de uma política para as mulheres e não uma política com perspectiva de gênero.

Em se tratando da esfera produtiva, é importante ressaltar o protagonismo feminino na produção agroecológica, que poderia também ser visto sob a ótica da reprodução dos papéis de gênero, uma vez que se trata da ampliação de produção de autoconsumo. Contra esse argumento Henn (2013) esclarece que a participação das mulheres na agroecologia possibilita um redimensionamento dos espaços e relações em que elas circulam e se engajam e, além de transformar as condições e posições de mulheres e homens, atuam também no debate sobre as relações de gênero. Siliprandi (2013) reforça essa leitura afirmando que temas ligados à saúde e alimentação são temas presentes no movimento agroecológico que, tradicionalmente, fazem parte do rol de papéis desempenhados pela condição social de gênero. Porém, alerta a autora, na sociedade contemporânea esses temas são ressignificados e as questões essenciais passam a ser a soberania alimentar, a produção sustentável, a manutenção dos saberes tradicionais e a questão da dominação de gênero.

Conjuntamente às ações de incentivo à produção, os projetos de apoio à comercialização são fundamentais para que as mulheres consigam vender seus produtos e ter a possibilidade de acesso à recursos. Mota *et al.* (2014) destacam que as mulheres participam ativamente do PAA⁶, mesmo não tendo a exclusividade das DAPs e a oportunidade de se responsabilizarem pela produção, traz para elas uma visão de si próprias. Os autores descrevem que o dia da entrega dos produtos para o Programa gera

⁶ Os autores destacam entre os motivos da participação feminina no PAA a valorização do trabalho feminino pela modalidade “doação simultânea” que apresenta condições que lhes atende, como por exemplo, pequenas quantidades. A pesquisa foi realizada, entre os anos de 2008 e 2011, em Sergipe junto à catadoras de mangaba que vendiam o fruto para o PAA, organizadas em um coletivo denominado Movimento das Catadoras de Mangaba.

grande movimentação na cidade, realidade que acaba inserindo as mulheres em espaços que antes elas não atuavam e esse processo faz com que elas se vejam como pessoas reconhecidas pelo Estado por meio de uma política pública. Além disso, a garantia de compra faz com que as mulheres obtenham crédito no comércio local, possibilitando reformas em suas casas e aquisição de móveis e eletrodomésticos. Por outro lado, os autores apresentam algumas críticas, uma vez que o PAA é a única alternativa de comercialização e não alavancou outras possibilidades na área pesquisada por eles. Concluem que o Programa atende às necessidades práticas, porém sem cumprir as necessidades políticas, já que realiza vantagens imediatas, mas não alavanca transformações dos diferenciais que perpetuam a situação de pobreza.

Além da produção, crédito e comercialização, Maneschy (2012) traz a perspectiva da participação das mulheres de comunidades pesqueiras na formulação de demandas como um importante componente que lhes confere visibilidade, constituída por uma identificação social e auto identificação como profissionais da pesca. A autora relata que com a participação delas no Fórum Pan-Amazônico de Pesca, realizado em 2008, houve demandas específicas levantadas por elas. A primeira delas dizia respeito à sua própria condição como trabalhadoras da pesca, seu reconhecimento como pescadoras e conseqüente direito à seguridade e ao trabalho. Reivindicaram, ainda que tivessem capacitação, especialmente sobre legislação relacionada a pesca. Por fim, evidenciaram a necessidade de creches para seus filhos. No encontro seguinte, relata a autora, as demandas giraram em torno de suas condições de trabalho e de saúde, tanto no exercício da atividade, como também para a comunidade, demonstrando uma “perspectiva de conscientização às suas necessidades” (MANESCHY, 2012:729).

Observa-se no debate travado pelos cientistas sociais a respeito das políticas públicas que têm como foco as mulheres rurais duas chaves interpretativas. Numa primeira estão autores que entendem que a oportunidade de acesso à documentação e recursos, quer seja para comercialização ou produção, ou, ainda, na participação em fóruns representativos; contribui para que as mulheres tenham maior visibilidade social, o que lhes confere um estatuto de cidadãs ao serem vislumbradas pelo Estado como detentoras de direitos e merecedoras de políticas específicas. Uma segunda linha de análise remete as políticas como reprodutoras dos papéis de gênero cristalizados na sociedade patriarcal, especialmente por imputar às mulheres a responsabilidade secularmente designada a elas com o cuidado da família. Ambas leituras focalizam o

aspecto binário nas relações de gênero, colocadas na distinção público/privado e produtivo/reprodutivo.

A dualidade entre trabalho reprodutivo – sob responsabilidade das mulheres – e de trabalho produtivo – a cargo da parcela masculina – é a tônica das críticas voltadas para as políticas públicas contra a pobreza implementadas no país. Lisboa e Lusa (2010:885) definem que “as atividades produtivas são aquelas que geram diretamente um ingresso, seja de produtos em espécie, seja monetário: comercialização de alimentos ou trabalho assalariado. As atividades reprodutivas são aquelas que contribuem para a manutenção e reprodução da força de trabalho, também denominadas de atividades domésticas”.

Colocar as análises nesses termos, contribui para uma visão dual da esfera produtiva, contrasta e opõe as atividades desempenhadas por homens e mulheres de forma generalista que acaba por não respeitar as heterogeneidades presentes na realidade social. Há que se considerar, por exemplo, a preponderância e o protagonismo das mulheres na produção agroecológica já citada anteriormente. Além disso, ao focar o debate sobre as relações sociais de gênero sob a ótica dualista, são reproduzidas as demandas que o movimento feminista sugere na década de 1970, já rechaçado pelo próprio movimento na década seguinte, dando lugar a uma visão em que as particularidades das mulheres, o ambiente onde vivem e as especificidades de etnia, classe, geração e as relações de poder devem ser observadas na construção das políticas que visem o desenvolvimento e superação da pobreza.

Na busca de superar a dualidade exposta nas análises sobre as políticas por parte das ciências sociais apresentadas na seção anterior, propõe-se uma leitura das políticas públicas voltadas para as mulheres rurais baseada na perspectiva teórica de desenvolvimento do economista indiano Amartya Sen, especificamente nos termos *capabilities* e *functionings*. Para o autor (2003), o bem-estar humano não pode ser avaliado somente pelo componente econômico, mas também pelas capacidades e habilidades que o indivíduo dispõe, suas *capabilities*. Além disso, importam também os elementos que são constitutivos de sua vida e que possibilitam (e limitam) suas conquistas e desejos, as *functionings*. Nesses termos, uma pessoa que foi durante um longo tempo exposta a sérias privações tende a reduzir seus desejos a proporções mais realistas. Sen alerta que essa espécie de resignação pode justificar a ausência de demanda por políticas públicas, contudo, elas podem justamente vir a ampliar os horizontes de possíveis destes indivíduos.

Com base nos conceitos acima reproduzidos, os autores Rêgo e Pinzani (2014) definiram algumas características fenomenológicas da pobreza do Brasil, ou nos termos de Sen, as privações de *functionings* básicos: i) falta de condições básicas para uma vida saudável; ii) acesso nulo ou irregular a uma renda proveniente de trabalho; iii) trabalho infantil e abandono escolar; iv) alta natalidade; v) acidentes em decorrência da precariedade da moradia e de vias públicas; vi) falta de crédito; vii) invisibilidade e mudez social; viii) desigualdade interna às famílias; ix) vergonha da pobreza e da condição social; x) cultura da resignação; e, xi) exclusão da cidadania.

Tendo por base as discussões expostas anteriormente, podemos inferir que as políticas públicas para as mulheres rurais têm contribuído para dirimir as privações de *functionings* básicos. Os programas/projetos voltados para viabilizar e incrementar a produção e a comercialização realizadas pelas mulheres possibilitam que elas tenham acesso a condições básicas para uma vida saudável, bem como ter em sua posse algum tipo de recurso que pode lhes garantir um planejamento de investimento na própria propriedade ou em melhoramentos na casa, compra de móveis e eletrodomésticos. O mesmo pode ser impulsionado por meio do crédito disponibilizado a elas. Os autores apresentados concordam que, de um modo geral, as políticas implementadas contribuíram para que as mulheres se vejam como indivíduos detentoras de direitos, como cidadãs, especialmente via políticas voltadas para a emissão de documentos, titularidade da terra e para a organização social, colaborando para que elas saiam da invisibilidade e mudez social. Todas essas políticas, em conjunto com outras voltadas para a erradicação da pobreza, para o acesso à saúde e à educação, além de apoio a projetos de infraestrutura, podem ser vistas como importantes mecanismos de ampliação das possibilidades de escolhas das mulheres ampliando, assim, sua “liberdade” como sugere Sen.

Considerações finais

Se por um lado, as políticas públicas aqui apresentadas e debatidas à luz das ciências sociais apontam para limites e avanços proporcionados para as mulheres rurais, é preciso reconhecer que a própria implementação de tais políticas tem suas fronteiras demarcadas na realidade social em que elas são operadas, marcada por processos de socialização que definem papéis masculinos e femininos, delegando a elas as funções domésticas e de cuidados com filhos e maridos não só para as mulheres rurais, mas para todas elas. Nesse sentido, seria possível que as políticas públicas rompessem com esse

padrão e contribuíssem para a igualdade de gênero? A resposta a essa questão não é simples e depende de um longo processo que não pode ser avaliado pelos dez anos de implementação dessas políticas, contra séculos de determinações dos padrões estabelecidos. O certo é que na sociedade contemporânea o debate sobre a igualdade de gênero vem ganhando espaço e lugar nas políticas públicas e agências internacionais, contribuindo para que a assimetria de poder seja, ao menos, desvelada.

A limitação sofrida pela situação de extrema pobreza vai além dos fatores meramente econômicos. Ao restringir as possibilidades de acesso a bens (materiais e simbólicos), a pobreza limita também os desejos e a vontade de experimentar outros caminhos, o que acaba por estreitar as condições de possibilidades de almejar novos horizontes. Por isso, afirma-se que o Estado tem o dever de ampliar, via políticas públicas, os programas de distribuição de renda, de incremento de produção e de fomento à comercialização, considerados essenciais para que haja ampliação das visões de mundo dessas mulheres. Apesar das críticas apresentadas por alguns dos artigos analisados, suas investigações e informações demonstram que as políticas e programas discutidos, iniciaram um processo inexistente até então, em que as mulheres rurais foram inseridas em espaços e realidades que lhes eram impossíveis antes dessas ações encampadas pelo Estado. Além disso, a articulação das políticas disponíveis pode vir a maximizar as possibilidades abertas ao combinar as dimensões econômica, social e cultural, incidindo sobre a renda, a sociabilidade e o resgate de saberes tradicionais.

Por fim, a participação social que as políticas podem proporcionar aos movimentos sociais e organização de mulheres rurais, sobretudo na formação dos comitês gestores que visam o desenvolvimento territorial, não apresenta antecedente na história política do país, constituindo mais um elemento que busca dar visibilidade às mulheres e suas demandas. Da análise exposta, é possível afirmar que alguns avanços foram obtidos no que concerne à autonomia das mulheres, sobretudo na questão econômica, porém muito ainda há que ser realizado, sobretudo se a intenção é dirimir a desigualdade de gênero. Para isso é necessário refletir não só sobre a condição da mulher na sociedade contemporânea e, especificamente sobre a mulher rural, levando em conta os caminhos de desenvolvimento econômico e social mundiais, como também, a atuação do próprio movimento feminista na construção de uma agenda alternativa.

Dessa forma, ouvir e debater com as mulheres rurais é primordial para a elaboração das políticas públicas. Suas demandas e práticas de organização, pautadas nas distintas realidades sociais em que estão inseridas representam um importante

fomento para ações que tenham por objetivo o desenvolvimento sustentável e o combate à fome. Especificamente no que concerne à igualdade de gênero o debate, entende-se, deve ser centrado nas relações de poder que se expressam nas diferentes configurações nas quais as mulheres estão inseridas; desde suas relações conjugais, incluindo os espaços sociais e de mercado em que circulam, onde as assimetrias de poder são reveladas. Identificar como se dão essas relações poderá contribuir para aprofundar as atuais ações de empoderamento, tão acentuadas pelos movimentos feministas e por agências internacionais. Além disso, compreender que as atividades domésticas e de cuidado são parte do processo produtivo é essencial para quebrar a dualidade expressa nos papéis de gênero. Incidir nesse aspecto pode ser um grande desafio para as políticas públicas, porém tende a abrir caminho para as mudanças tal almejadas na sociedade contemporânea.

Ao olhar para essas duas direções na elaboração e implementação das políticas públicas estaríamos, a um só tempo, atuando em agendas específicas baseadas nas demandas das mulheres e, também, num dos pilares da condição subalterna da mulher. Em outras palavras, as políticas poderiam incidir tanto em agendas fragmentadas, como num âmbito mais geral, contribuindo efetivamente para alterar o lugar que as mulheres ocupam atualmente.

Referências Bibliográficas

BARRAGÓN, Margarita; LANG, Miriam; CHÁVEZ, Dunia M.; SANTINALA, Alejandra. Pensar a partir do feminismo: críticas e alternativas ao desenvolvimento. In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (orgs.). **Descolonizar o imaginário**: Debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa de Luxemburgo, 2016.

BRASIL. **Políticas públicas para a agricultura familiar**. Out., 2013.

_____. Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais. **Políticas públicas para mulheres rurais no Brasil**, 2015.

BUTTO, Andrea. Políticas públicas para as mulheres rurais: autonomia e cidadania. In: BUTTO, Andrea e DANTAS, Isolda (orgs.). **Autonomia e cidadania**: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011.

FARAH, Marta F. Santos. Gênero e políticas públicas. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 47-71, abr. 2004.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 52, supl. 1, p. 125-146, 2014.

HENN, Iara A. Agroecologia e relações de gênero em projeto societário. In: NEVES, Delma P.; MEDEIROS, Leonilde S. (orgs.). **Mulheres camponesas**: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013.

HERNÁNDEZ, Carmen O. Potencialidades e limites do Pronaf-Mulher no processo de empoderamento das mulheres agricultoras. In: STADUTO, J.A.R.; SOUZA, M.; NASCIMENTO, C.A. (orgs.) **Desenvolvimento Rural e Gênero**: abordagens analíticas, estratégias e políticas públicas. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2015. p. 269-291.

HORA, Karla e BUTTO, Andrea. **Políticas públicas para as mulheres rurais no contexto dos Territórios da Cidadania**. In: BUTTO, Andrea; DANTAS, Conceição; HORA, Karla; NOBRE, Miriam e FARIA, Nalu (orgs.). **Mulheres rurais e autonomia**: formação e articulação para efetivar políticas públicas nos Territórios da Cidadania. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014.

IICA/OPPA/CPDA. Desenvolvimento territorial: articulação de políticas públicas e atores sociais. Rio de Janeiro, dez. 2007. Disponível em: http://oppa.net.br/acervo/publicacoes/IICA-OPPA-Desenvolvimento_territorial-Articulacao_de_politicas_publicas_e_atores_sociais.pdf

LISBOA, Teresa Kleba; LUSA, MailizGaribotti. Desenvolvimento sustentável com perspectiva de gênero - Brasil, México e Cuba: mulheres protagonistas no meio rural. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 18, n. 3, p. 871-887, dez. 2010.

MANESCHY, Maria C.; SIQUEIRA, Deis; ÁLVARES, Maria Luiza M. Pescadoras: subordinação de gênero e empoderamento. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, 20(3): 384, setembro-dezembro/2012

MARIANO, Silvana Aparecida; CARLOTO, Cássia Maria. Gênero e combate à pobreza: programa bolsa família. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 17, n. 3, p. 901-908, dez. 2009.

MARIANO, Silvana Aparecida; SOUZA, Márcio Ferreira de. Conciliação e tensões entre trabalho e família para mulheres titulares do Programa Bolsa Família. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília, n. 18, p. 147-177, dez. 2015.

MENDES, Maurício Ferreira *et al.* A organização das mulheres extrativistas na região Sudoeste mato-grossense, Brasil. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 71-89, abr. 2014.

MEYER, Dagmar E.; KLEIN, Carin; DAL'IGNA, Maria Claudia; ALVARENGA, Luis Fernando. Vulnerabilidade, gênero e políticas sociais: a feminização da inclusão social. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 885-904, dez. 2014.

MOTA, Dalva M.; SCHMITZ, Heribert; SILVA JUNIOR, Josué F.; PORRO, Noemi M.; OLIVEIRA, Tania C. V. As catadoras de mangaba no Programa de Aquisição de Alimentos - PAA: um estudo de caso em Sergipe. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 52, n. 3, p. 449-470, set. 2014.

NEVES, Delma P.; MOTTA-MAUÉS, Maria Angélica. Mulheres camponesas e reprodução de grupos domésticos – Apresentação. In: NEVES, Delma P.; MEDEIROS, Leonilde S. (orgs). **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013.

PEREIRA, Rosângela S. Abordagem teórica sobre a questão de gênero e desenvolvimento rural: dos projetos assistenciais ao planejamento de gênero. In: STADUTO, J.A.R.; SOUZA, M.; NASCIMENTO, C.A. (orgs.) **Desenvolvimento Rural e Gênero: abordagens analíticas, estratégias e políticas públicas**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2015. p. 17-41.

PINTO, Céli R. J. Feminismo, história e poder. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010

RÊGO, Walquíria Leão e PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania**, 2ª ed., São Paulo: Editora da Unesp, 2014.

SANTOS, Yumi G. As mulheres como pilar da construção dos programas sociais. **Caderno CRH**, Salvador, v. 27, n. 72, p. 479-494, Set./Dez. 2014

SEN, Amartya. Development as CapabilityExpansion. In: FUKUDA-PARR, S.*et al.* **Readings in HumanDevelopment**. New Delhiand New York: Oxford University Press; 2003.

SILIPRANDI, Emma C. Gênero e agroecologia: os avanços das mulheres rurais no enfrentamento das iniquidades. In: STADUTO, J.A.R.; SOUZA, M.; NASCIMENTO, C.A. (orgs.) **Desenvolvimento Rural e Gênero**: abordagens analíticas, estratégias e políticas públicas. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2015. p. 199-219.

SILIPRANDI, Emma. Mulheres agricultoras e a construção dos movimentos agroecológicos no Brasil. In: NEVES, Delma P.; MEDEIROS, Leonilde S. (orgs). **Mulheres camponesas**: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013.

STADUTO, J.A.R. Desenvolvimento e gênero: um olhar sobre o rural a partir da perspectiva de Amartya Sen. In: STADUTO, J.A.R.; SOUZA, M.; NASCIMENTO, C.A. (orgs.) **Desenvolvimento Rural e Gênero**: abordagens analíticas, estratégias e políticas públicas. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2015. p. 69-95.

Anexos

Quadro 1 – Totalização de artigos pesquisados, número de artigos por periódicos e referências

Tema	Total	Ciências Sociais	Artigos selecionados	Artigos analisados	Referências utilizadas
mulheres, políticas sociais	90	12	26	10	SANTOS (2014); MANESCHY LISBOA e LUSA (2010); CARLOTO (2009) ; MOTA FARAH (2004); MEYER et MARIANO e SOUZA (2009); (2014); GRISA e SCHNEIDER (20
mulheres, políticas públicas	195	13			
gênero, políticas sociais	99	25			
gênero, políticas públicas	145	27			
mulheres rurais, políticas sociais	5	0			
mulheres rurais, políticas públicas	2	1			
Total	536	78	26	10	

Observações: 1 – Para a seleção de artigos o parâmetro utilizado foi o objetivo principal, qual seja, análises que estivessem na confluência entre políticas públicas e mulheres rurais; 2 – Os artigos que apareceram em uma ou mais combinação de palavras-chave foram excluídos da seleção, permanecendo em apenas uma delas, é o caso dos artigos assinalados com (*), por exemplo; 3 – Foram excluídos artigos que tratavam de resenhas.

Quadro 2 – Número de artigos selecionados por periódicos

Título da Revista	Instituição	N
Estudos Feministas	Florinaópolis / UFSC	
Sociologias	Porto Alegre / UFRGS	
Cadernos Pagu	Campinas / Unicamp	
Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology	Associação Brasileira de Antropologia	
Brasileira de Ciência Política	Brasília / UnB	
Economia e Sociologia Rural	Sociedade Brasileira de Sociologia e Economia Rural	
Opinião Pública	Campinas / CESOP-Unicamp	
Caderno CRH	Salvador / UFBA	
Total		26